

O capítulo dos direitos sociais na Constituinte propõe um caminho que poderá custar ao Brasil um violento retrocesso social, a pretexto de defender a estabilidade dos trabalhadores nos empregos. Deixando de lado o fato elementar de que o emprego se garante pelo investimento, e não pela lei, vejamos o que está acontecendo em Brasília.

A estabilidade, pelo seu caráter de proposta populista, é uma plataforma ideal para a recuperação dos pelegos que embarcaram numa greve geral fracassada e estão, hoje, sem bandeiras. O oportunismo escancarado ganhou a adesão do peleguismo empresarial, comprometido com os favores do Estado e a impossibilidade de viver sem subsídios, encomendas e o clássico clientelismo.

A estabilidade, da forma como está proposta no artigo sexto do capítulo II do projeto Bernardo Cabral, significa, pura e simplesmente, a garantia do emprego, desconsiderando-se a diversidade econômica de um país, onde uma indústria química do ABC paulista, altamente automatizada, vai ocupar mão-de-obra com o mesmo horizonte de treinamento e manutenção que uma pequena manufatura intensiva em mão-de-obra no interior de uma região pobre, onde predominem a economia informal e o trabalho sem registro em carteira.

Trata-se de piorar a lei pelo absurdo de querer legislar na Constituição, criando uma camisa-de-força para a evolução natural da economia e das leis ordinárias. Esquece-se de que esta é uma nação, onde, dos 57 milhões de cidadãos economicamente ativos, metade encontra-se na economia informal, de onde dificilmente sairá, se o micro, o médio ou o grande empresário passarem a ser ameaçados de imobilismo.

Este é um cenário perfeito para o crescimento do Estado e a transformação do país em uma república de funcionários públicos. Olhando mais a fundo para descobrir o que se esconde por trás da proposta incluída no projeto Bernardo Cabral, pode-se encontrar, claramente, a ameaçadora República dos Marajás.

É óbvio que a estabilidade linear interessa a todas as empresas públicas inchadas, onde se resiste à modernização e ao aumento da produtividade. Passada a estabilidade, o *status quo* está garantido. Quem vai se candidatar a privatizar uma empresa pública com batalhões de funcionários ociosos, ocupados através de nomeações políticas, e uma folha de pagamentos insustentável?

Não foi o sindicalismo mais avançado e dinâmico que saiu em defesa desse tipo de estabilidade, mas o sindicalismo radical que embarcou recentemente em uma fracassada greve geral, representado pela CUT do Sr. Jair Meneghelli, e o clássico peleguismo da CGT, pelo Sr. Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção. Foram ambos inusitadamente discutir o assunto com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, o senador por Sergipe Albano Franco, que desavisadamente correu o risco de nivelar por baixo a posição empresarial mais coerente, transplantando propostas peleguistas para sua própria área.

A estabilidade no emprego e a redução da rotatividade — ou *turnover* — da mão-de-obra é interesse das empresas, pois significa manter seu investimento em recursos humanos. Muito mais inteligente do que uma proposta linear de estabilidade é deixar que a lei ordinária amadureça para isto, consagrando-se a tese de parlamentares gaúchos de uma estabilidade progressiva.